

## ACTA Nº 24

### Acta da Sessão Ordinária do dia 26 de Junho de 2009

----- Aos vinte seis dias do mês de Junho de dois mil e nove, pelas dezoito horas e trinta minutos, na sala de sessões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do senhor Jorge Domingues Camarinho, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Hugo Ribeiro Jorge, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Ana Maria Vasconcelos, Dália Batista, que foi substituída pela senhora Elisabete Cardoso, Elisabete Pequeno, José António Ferreira, Licínio Ramos, Manuel Bogalho, que foi substituído pelo senhor Manuel Nogueira, Mário Tarenta e Tony Richard. -----

----- Da parte do executivo estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores Carlos Neves, Albina Rocha, Fernando Capela, Marco Domingues, Vítor Santos e Manuel Frade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão e votação a acta da Sessão de 30 de Abril de 2009. --

----- A senhora deputada Dina Ribeiro referiu, mais uma vez, que a acta da Sessão de Dezembro de 2007 que tinha sido alvo de algumas correcções na Assembleia Municipal, ainda não se encontrava no site da Câmara Municipal. Sobre a acta da Sessão de 30 de Abril, solicitou uma rectificação, no ponto sete, sendo que devia estar “por pagar” onde estava a palavra “propagar”. Por fim, alertou para o facto da acta da penúltima sessão já se encontrar no site da Câmara e para o facto de esta não ter referência ao Requerimento que tinha sido entregue pelo Grupo Municipal do CDS/PP à Mesa da Assembleia, revelando até que ainda não tinha tido resposta ao solicitado nesse mesmo requerimento. -----

----- O Presidente da Assembleia, relativamente ao Requerimento entregue e em resposta à senhora deputada Dina Ribeiro, informou que as actas das reuniões de Câmara já se encontram no site da Câmara Municipal e que os documentos de apoio às sessões da Assembleia estão a ser enviados a tempo. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro disse que as últimas actas das reuniões de Câmara que estão online datam de Março de 2009, e não correspondem normalmente às reuniões que ocorrem entre as sessões da Assembleia. Afirmou que o requerimento tinha sido no sentido de a Mesa da Assembleia fazer chegar aos porta-vozes dos partidos as actas das reuniões de Câmara que ocorram entre as sessões da Assembleia, assim como sempre que fosse solicitado, o fornecimento das gravações das reuniões da Assembleia. -----

----- O senhor secretário Hugo Ribeiro Jorge esclareceu que se a acta da sessão de Fevereiro de 2009 já se encontrava no site da Câmara Municipal não deveria, pois ainda não tinha sido corrigida. Sobre a acta da Sessão de Dezembro de 2007 prometeu que iria tratar desse assunto. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a acta da sessão de 30 de Abril de 2009. -----

----- Após votação, a acta da sessão de 30 de Abril de 2009, foi aprovada com quatro abstenções. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. -----

#### -----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- O senhor deputado Silvério Regalado começou a sua intervenção pedindo a toda a Assembleia um minuto de silêncio e um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Carlos Candal, considerando que esta pequena homenagem era mais do que justa. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia questionou se algum deputado se opunha ao minuto de silêncio e ao

voto de pesar pela morte do Dr. Carlos Candal. -----

----- Não tendo havido oposição de nenhum deputado, a Assembleia Municipal de Vagos cumpriu um minuto de silêncio em homenagem ao Dr. Carlos Candal. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado, revelando alguma preocupação com a ausência de médicos nos centros de saúde, questionou o executivo sobre de que maneira a Câmara acautelou esta ausência de médicos. Relativamente à A17 e observando que estavam a ser colocadas uma espécie de câmaras ao longo do traçado, questionou o executivo sobre se esta colocação tem a ver com uma futura cobrança de portagens, revelando que por princípio não era contra o pagamento de portagens mas que neste caso considerava que seria vergonhoso que o concelho de Vagos, que nunca tinha tido uma auto-estrada que servisse os seus interesses e para o seu desenvolvimento, tivesse que suportar portagens, em comparação com outros municípios que, se calhar com mais vantagens, não teriam de pagar. Por fim, congratulou a Câmara pela organização das marchas populares, e deu os parabéns ao presidente da Junta de Freguesia de Soza pelo excelente trabalho realizado para a elevação da citada freguesia à categoria de vila.-

----- O senhor deputado José Lazaro afirmou que há algumas semanas atrás uma empresa que trabalhava para a Portugal Telecom, tinha aberto uma vala entre o Largo Dr. Frederico de Moura e a Travessa da República para colocação de fibra óptica na GNR. Mostrou desde logo alguma admiração quando viu que a empresa estava a cortar o alcatrão com uma serra eléctrica, e afirmou que as suas previsões se tinham confirmado, ou seja, no final da obra a empresa colocou os rectângulos que tinha cortado em cima da via e foi embora. No seguimento, questionou o executivo sobre se as empresas tinham ou não de pedir autorização à Câmara e se essas empresas podiam danificar as estradas em Vagos e ir embora, deixando ficar os encargos do arranjo para os contribuintes de Vagos. Avisou o executivo para o facto de na EN109 não haver nenhuma indicação da freguesia de Santo António, considerando que as placas com a informação e indicação do nome das ruas eram muito importantes para as pessoas que visitam o concelho, dando o exemplo da Avenida Lúcio Vidal. -----

----- O senhor deputado André Pinho começou por, em nome do presidente da secção de pesca desportiva do Grupo Desportivo de Calvão, agradecer o apoio dado pela Câmara na realização do seu 1º concurso de pesca. Afirmou, que como antigo escuteiro, era com muito gosto que via o apoio da Câmara aos escuteiros e a ajuda dada na organização do acampamento regional de escuteiros a decorrer em Agosto na Praia da Vagueira. Demonstrou a sua satisfação pela maneira como correu o ano lectivo em Vagos e concluiu a sua intervenção fazendo um apelo à população vagueense para que receba da melhor maneira possível as pessoas que visitam o concelho. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido começou a sua intervenção contando uma pequena história dum encontro que teve com o Dr. Carlos Candal. Elogiou a Câmara por esta ter suspenso os trabalhos de requalificação da costa, já que a parte comercial iria ficar um pouco prejudicada com a continuidade dos trabalhos, mas não deixou de afirmar que apesar da suspensão das obras, não significa que a Câmara não tenha de fazer alguns arranjos, principalmente acessos provisórios, sugerindo o aproveitamento da praia a sul do paredão. Reconhecendo que tinha sido efectuado um trabalho na ponte da Vagueira, afirmou que era apenas um penso e que deveria ter sido mais abrangente. Questionou mais uma vez o executivo sobre as ETAR, solicitando alguma sensibilidade por parte da Câmara, por causa dos incomodativos cheiros. De seguida, considerou que a rotunda de acesso à praia da Vagueira deveria ser alvo de arranjo, pois era a única rotunda que não tinha nada, sendo ainda por cima o cartão de visita da praia. Questionou ainda o executivo sobre o espaço desportivo que existe na urbanização da família Costa, que está feito mas vandalizado, não tendo ninguém a ocupar-se do equipamento, considerando que era bom que se pegasse nesse equipamento para que este possa ser utilizado. Interrogou sobre se já havia uma previsão para a requalificação

da rua principal da Gafanha da Boa Hora, e se haveria alguma prioridade para essa requalificação. Relativamente ao campo de futebol, previsto no Plano de Pormenor, sensibilizou o executivo para as poucas condições que os miúdos do clube de futebol da Gafanha da Boa Hora têm para treinar e desenvolver as suas capacidades, solicitando que a Câmara crie uma estrutura para que os miúdos possam desenvolver a actividade. A terminar, informou que as instalações da Gaticão foram assaltadas três noites consecutivas, alertando que desta vez foi a Gaticão mas que no futuro pode ser uma instalação do município ou uma casa privada, pelo que convém dar alguma atenção a estes acontecimentos. -----

----- O senhor deputado João Carlos Loureiro, em nome da freguesia de Soza, agradeceu a todos os partidos representados na Assembleia Municipal, pois votaram o Projecto-lei apresentado em tempos pelo Grupo Municipal do PSD. Agradeceu ainda a todos os membros da Assembleia de Freguesia de Soza, à Câmara Municipal, em particular ao seu Presidente, revelando que este sempre o acompanhou nesta luta. Considerou que a elevação de Soza a vila é um momento histórico, já que foi finalmente reposta a verdade histórico-cultural. Agradeceu publicamente ao Dr. Luís Marques Mendes, por ter sido o subscritor número um do Projecto-lei, e a todos os deputados eleitos pelo PSD no ciclo de Aveiro: Dr. José Ribeiro, Dr. Jorge Tadeu, Dr. Luís Montenegro, Dr. Hermínio Loureiro, Dra. Regina Bastos e ao Dr. Manuel Oliveira, entretanto falecido. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por saudar a Vila de Soza, afirmando que a persistência foi premiada. O acto formal tem um valor histórico e cultural e tem um impacto social tremendo, pela simples razão de que a elevação a vila da localidade de Soza era um desejo escondido de todas as pessoas da localidade. Relativamente à questão da falta de médicos, considerou ser uma questão pertinente, informando que a Câmara ainda não tem competências na área da saúde, e que a sua intervenção nesta área ficava limitada ao diálogo, aos pedidos e ao empenho para que haja melhor saúde, melhores edifícios e melhores técnicos de saúde. Sobre a questão da A17, afirmou que era um processo que, depois de muita energia do senhor Ministro da Obras Públicas em 2007e muito barulho na comunicação social, passou para um estado de silêncio, afirmando que o Governo se enganou pois contava com as portagens na A17 em Janeiro de 2008 e elas ainda não foram implementadas. Quando o Governo decidiu instalar portagens no IC1, considerando o IC1 todos os troços que o compõe (A17, A29, A8), revelou que os Vaguenses, Ilhavenses e Aveirenses não sabiam que a totalidade do IC1 teria portagem. E havia a convicção que isso não iria acontecer, por duas razões: o facto de não haver alternativas à A17, e porque o projecto da A17 nos concelhos de Vagos, Ílhavo e Aveiro não é tecnicamente adequado à instalação de portagens. Só que há um facto lateral muito importante, e que tem vindo a ser discutido na comissão parlamentar e na Assembleia da República, que é a introdução dos *chips* nas matrículas, mecanismo que permitirá ao estado Português cobrar portagens em qualquer parte do País, e da forma que entenderem. Em resposta ao senhor deputado José Lazaro, referiu que de acordo com a lei em vigor, as empresas Portugal Telecom, EDP e Lusitânia Gás estão isentas de licença das câmaras municipais para executarem as obras de colocação de fibra óptica, cabos eléctricos e rede de gás. Acresce a isso uma não conjugação dos investimentos das empresas referidas com os investimentos da autarquia, revelando já ter acontecido a Câmara convidar previamente as entidades a investir quando o município investe em rede de saneamento, aproveitando a destruição da via, sendo a resposta dessas empresas normalmente negativa, explicando que o intervalo de tempo entre a obra e o arranjo da via se deve ao desfasamento entre a empresa que coloca o cabo e a empresa que terá de alcatroar o buraco. Relativamente às questões levantadas pelo senhor deputado Joaquim Plácido, começou por referir que, em relação aos acessos, existem duas empreitadas dentro da mesma área: a primeira, que já estava a decorrer, consiste na defesa da costa. A segunda irá decorrer após a primeira empreitada e

consistirá na requalificação da praia da Vagueira, afirmando que ambas irão ser executadas, fiscalizadas pelo INAG e acompanhadas pela autarquia de Vagos. Assim, será feito um investimento claramente provisório e precário para assegurar a mobilidade e a acessibilidade na praia a todas as pessoas. Relativamente aos cheiros, referiu que dentro em breve este iria ser um problema das águas de Portugal, mas no período de Verão a Câmara irá tentar minorar este problema. Quando à rotunda da entrada da praia da Vagueira, revelou que não se tem mostrado fácil encontrar um espécime de Arte Xávega para decorar a rotunda, pois foi essa a decisão do executivo, optar por uma decoração ligada à Xávega e não à Ria. Quanto ao problema levantado acerca do parque desportivo da urbanização da família Costa, revelou que o espaço se encontra naquele estado porque há um problema na recepção da obra, já que a Câmara não pode recebê-la enquanto não seja executada a rede de gás. Em relação à estrada principal da Gafanha da Boa Hora, revelou que já foi aprovada, em reunião de Câmara, a recuperação da via. A execução do campo de futebol de sete está acordada com a associação, esta já em preparação e irá situar-se junto ao polidesportivo existente. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA e) DO PONTO 1 do ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a actividade municipal, no período compreendido entre 28 de Abril e 22 de Junho de 2009. -----

----- Deu ainda a conhecer a informação financeira à data de 22 de Junho de 2009, bem como os processos pendentes em tribunal, em que o município de Vagos é parte, e que envolvam eventual responsabilidade financeira.-

----- **PONTO DOIS – PROTOCOLO ENTRE O MUNICIPIO DE VAGOS E AS SOCIEDADES POWER BLADES, SA E A RIA BLADES, SA – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS E IMPOSTO DE DERRAMA.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara afirmou que, cumprindo aquilo que estava na deliberação da Assembleia Municipal quando esta aprovou o Plano Excepcional de Apoio a Famílias e Empresas, e porque a empresa em questão reunia condições para que fosse reconhecido o interesse público municipal, se propõe a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto de Derrama, servindo este ponto para dar conhecimento aos deputados municipais do processo, esperando que deliberem no sentido de reconhecer o interesse público municipal. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa, relativamente ao protocolo, afirmou que sem dúvida seria uma actividade muito importante para o município de Vagos. Mas não poderia deixar que o ponto passasse sem que, mais uma vez, dar nota que era entendimento do Grupo Municipal do CDS-PP que a isenção de IMI por um período de dez anos era excessiva, revelando que não era por isso que iriam votar contra o protocolo. Lembrou que já em Fevereiro, quando o Plano Excepcional foi apresentado na Assembleia Municipal, o Grupo Municipal do CDS/PP tinha dado conta desta questão. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido declarou que iria votar a favor do protocolo pelo facto do empenho que estas empresas têm em deslocar-se de Ílhavo para o concelho de Vagos, razão mais do que suficiente para que seja declarado o interesse público municipal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o que estava em causa não era o protocolo mas sim o entendimento por parte da Assembleia se a empresa em questão tinha ou não interesse público municipal, ou seja, se o investimento era de tal maneira valioso que fosse de interesse municipal, afirmando que as consequências dessa

declaração de interesse municipal já estavam determinadas pela deliberação da Assembleia. -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara começou por esclarecer que este projecto era um projecto com um programa aprovado com o governo português e com condições negociadas com o governo português. As condições apresentadas eram as condições que a empresa tinha no concelho de Ílhavo, revelando algum cansaço por ter de explicar mais uma vez o porquê da isenção de dez anos, e afirmando que se o concelho de Vagos recusar as condições apresentadas a empresa não virá para o concelho. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado considerou que o discurso do CDS-PP é incoerente, pois se por um lado revela preocupação com o desemprego no concelho, por outro entende que beneficiar uma empresa, que irá criar 570 postos de trabalho directos e cerca de 2000 postos de trabalho indirectos, em dez anos de isenção de IMI, é demasiado. Considera que a dimensão da empresa é grande para que os deputados tenham quaisquer dúvidas em aprovar, afirmando que apesar de isentar de pagamento de IMI e de derrama, o município irá receber o imposto municipal de transacção, informando que irá votar a favor da declaração de interesse público municipal. -----

----- A senhora deputada Luísa Costa reafirmou que o Grupo Municipal de CDS-PP considera ser óbvio que a instalação da empresa em Vagos é de interesse municipal, mas não quis deixar passar este ponto sem referir a excessiva duração de isenção do IMI. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou à votação a declaração de interesse público municipal. -----

----- Realizada a votação, foi aprovado por unanimidade o reconhecimento de interesse público municipal. -----

----- O senhor deputado João Carlos Loureiro declarou que não poderia deixar passar esta oportunidade para se congratular com esta decisão, porquanto se trata do Parque Empresarial de Soza, considerando que era mais um passo decisivo para o desenvolvimento da freguesia de Soza, do concelho de Vagos, do País e até da Europa, reconhecendo que o drama do desemprego é geral e mundial e que este é um passo significativo para o concelho de Vagos neste particular. -----

----- **PONTO TRÊS – INARCE – EXPLORAÇÃO DE ARGILA, SA – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PUBLICO MUNICIPAL.** -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado, em nome do grupo municipal do PSD, apresentou uma proposta à Mesa da Assembleia. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia passou a ler a proposta apresentada pelo grupo municipal do PSD que consistia “ *Tendo em conta que:* no PDM recentemente aprovado nesta Assembleia, está previsto que a referida zona está contemplada como Zona de Exploração de Inertes; A exploração ilegal de inertes é a verdadeira fonte de problemas ambientais no Concelho de Vagos; *E ainda que:* Se devem acautelar os impactos nos recursos hídricos do subsolo e preservar os recursos hídricos que se acumulam à superfície; Mas, acima de tudo, queremos ver preservado o interesse das populações. Vimos por este modo propor que a declaração de interesse público municipal do projecto do INARCE fique condicionada à aprovação do estudo de impacte ambiental, de acordo com o parecer da Câmara Municipal de Vagos e da Junta de Freguesia de Ouca, em sede do supracitado estudo. Logo, propomos à Assembleia Municipal que o ponto seja retirado até ser finalizado o processo de impacte ambiental e aceites as sugestões da Câmara Municipal e Junta de Freguesia. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro começou por afirmar ser intenção da bancada do CDS-PP votar contra a declaração de interesse público, considerando que embora saiba que a zona em questão é uma zona de exploração de argilas e que o PDM possibilita que haja autorização para essa exploração, devem ser bem ponderados os aspectos que levam a uma aprovação ou reprovação. Até porque as condições invocadas pela empresa para que seja declarado

o interesse público municipal parecem ao Grupo Municipal do CDS-PP algo caricatas, dando como exemplo os três postos de trabalho e algum trabalho indirecto, como a possível reparação da maquinaria, condições de pouca monta. É verdade que a zona é de exploração de argilas mas também é verdade que a argila a ser explorada não é para as empresas do concelho laborarem e que a empresa em questão não é do concelho. Ainda para mais irão passar, diariamente, vinte e oito camiões numa estrada municipal e a reposição prevista em termos de pavimento consiste apenas na colaboração no arranjo das ruas em terra batida. Quanto ao estudo de impacte ambiental, mostrou alguma preocupação e deixou um alerta: ele indica que há impactos negativos a nível ambiental e as atenuantes para esses impactos negativos poderão não passar de intenções, lembrando que de boas intenções está o inferno cheio. Reconheceu que o projecto em causa tem impactos positivos a nível económico, mas que são diminutos. E afirmou não acreditar que a população da freguesia de Ouca queira a exploração naquele local. E alertou para o facto de que a mesma empresa que pede a declaração de interesse público no concelho de Vagos tem uma exploração de cerca de três hectares no concelho de Oliveira de Bairro e mais uma exploração no concelho de Cantanhede, que estão a deixar marcas negativas no ambiente. E lembrou a luta tida há cerca de quinze anos, que ficou conhecida como a luta do Cardal, mas que no início era conhecida como a luta dos Barreiros de Bustos, cujo problema era haver do lado norte da EN333 uma extensão enorme de buracos a céu aberto onde alguém se tinha lembrado de instalar um aterro, tendo sido necessárias muitas lutas, de todas as forças políticas, e muitas manifestações e viagens a Lisboa para se derrotar a intenção de instalar o aterro. Se não houver o devido cuidado os buracos voltarão, agora abrangendo três concelhos. E informou que leu num jornal de Cantanhede que no início deste ano a mesma empresa pretendia aumentar uma pedreira que já tem naquele concelho, tendo a Câmara de Cantanhede tentado travar o processo. Só que o Ministério da Economia interferiu para que o processo fosse licenciado. Por fim, considerou ser necessário fazer uma reflexão, lembrando todos os pormenores e lembrando que aquela zona tem uma história, para além das dúvidas acerca do estudo de impacte ambiental, que parece ser negativo. A povoação de Tabuaço situa-se a menos de um quilómetro do local em questão e a requalificação prevista consiste num buraco com água, alguma reflorestação à volta e arame farpado. O ideal será não que o ponto seja retirado, mas sim chumbado, apelando a todos os membros da bancada do PSD para manterem o ponto e que este seja chumbado por todos. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido lembrou que as zonas definidas na revisão do PDM para este tipo de actividades foram votadas e aprovadas pela Assembleia Municipal, e que agora não faz sentido recusar essas explorações nos espaços previstos. O estudo de impacte ambiental tem de ser bem feito e bem discutido, elogiando assim a proposta do Grupo Municipal do PSD de retirada do ponto para que seja discutido depois de bem esclarecido. Se tiver que haver uma exploração naquela zona, ela que seja legal -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro, reconhecendo mais uma vez que aquela é uma zona potencial para exploração de argila, afirmou que o que se está a votar não é o licenciamento de uma exploração pequena no município, mas sim o licenciamento industrial e por isso é que precisa da declaração de interesse público. E o que se está a votar não é se aquela zona pode ou não ter explorações de argila, pois isso já foi aprovado anteriormente; o que está em discussão é se é do interesse do município haver um projecto de instalação de uma pedreira de três hectares. E informou que conhece o local, tendo já a vala que limita os concelhos de Vagos e Oliveira do Bairro sido alterada pelas máquinas, do lado norte da estrada, adivinhando-se que daqui a uns tempos irá acontecer o mesmo na parte sul. Votando contra não se está a dizer que aquela zona não é uma zona potencial para explorar argila, mas sim a dizer que não é de interesse para o município criar um pedreira de três hectares e ter vinte e oito camiões a passar todos os dias no meio da povoação, a troco de três postos de trabalho e de eventualmente as máquinas serem

arranjadas no concelho de Vagos, tudo a menos de um quilómetro da povoação de Tabuaço. Mostrou alguma satisfação pela proposta do PSD, mas considera ter mais força reprovar a declaração de interesse municipal do que adiar a decisão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o reconhecimento que está a ser proposto está previsto no regulamento do PDM, servindo para efeitos de desafectação na Reserva Ecológica Nacional, e não para efeitos de licenciamento. O processo de licenciamento tem de ser apresentado mais tarde e aí a empresa tem de apresentar um conjunto de projectos, entre os quais os planos de recuperação paisagística. O reconhecimento quase que já está implícito no PDM, aquando da aprovação da localização das áreas de exploração. Quanto aos benefícios que decorrem da actividade, afirmou que o maior é o de evitar a exploração ilegal, se houver uma exploração controlada. Outro benefício importante é, naturalmente, o económico. O estudo de impacte ambiental apresentado é muito mau, parece até ser uma brincadeira de miúdos, pois não se fazem, para explorações deste género, cujo grande motivo de avaliação são sempre os recursos hídricos, estudos de impacte ambiental tão levezinhos. Assim, a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD faz todo o sentido, ou seja, não se deve reconhecer o interesse público enquanto não estiverem acauteladas as objecções colocadas pela Câmara, que ainda não foram tornadas públicas, já que o ofício que irá para a CCDR/C ainda está a ser terminado. Mas revelou que a posição da Câmara é desfavorável à proposta de estudo de impacte ambiental que foi apresentada, acima de tudo por três razões: a má qualidade do estudo, a ausência total de sensibilidade para os recursos hídricos existentes no subsolo e à superfície e a protecção dos aglomerados urbanos. Como tal, não faz sentido a Assembleia Municipal pronunciar-se sobre o interesse municipal quando o estudo de impacte ambiental é tão mau. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro esclareceu que o voto contra do CDS-PP não decorre do estudo de impacte ambiental, afirmando que a posição do Grupo foi assumida antes do conhecimento do referido estudo. E revelou que quando tomou conhecimento do estudo ainda mais preocupada ficou. E questionou o executivo acerca do que poderá receber, tratando-se de um licenciamento industrial. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado acrescentou que a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD foi apresentada de forma responsável, pois não faz sentido ter a Assembleia Municipal aprovado esta zona como uma zona de exploração potencial de inertes e vir agora dizer às empresas que estão interessadas que agora não podem. Com a proposta que fez, o Grupo Municipal quer saber mais sobre as verdadeiros impactes da exploração no concelho de Vagos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal de PSD. ----- Realizada a votação, foi aprovada a retirada do ponto três da ordem de trabalhos até ser finalizado o processo de impacte ambiental e aceites as sugestões da Câmara Municipal e Junta de Freguesia, com dezoito votos a favor, quatro abstenções e um voto contra. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto “Abstive-me na votação desta proposta apresentada pelo PSD porque embora concorde com o facto de este assunto implicar uma análise mais profunda e estar deveras preocupada com o que se prevê vir para a freguesia de Ouca, considero que esta Assembleia devia ter discutido o assunto e ter considerado que aquele projecto não é de interesse público e daí o ter feito alguma pressão para que fosse discutido e votado na esperança que votássemos todos contra”. -----

----- O senhor deputado José Lázaro apresentou a seguinte declaração de voto “Votei contra porque julgo que o reconhecimento do interesse público municipal deve ter mesmo interesse municipal, e quando se chega às razões e

aos benefícios directos e aparecem três postos de trabalho directos e eventualmente alguns indirectos não apetece ler o resto.”-----

**----- PONTO QUATRO – PARCERIA COM A ADP – ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, SA, E O MUNICIPIOS DA REGIÃO DE AVEIRO, PARA GESTÃO DAS REDES EM BAIXA DE ÁGUA E SANEAMENTO – AUTORIZAÇÃO. -----**

----- O senhor Vice-presidente da Câmara apresentou o ponto da situação em relação à exploração da água e saneamento no concelho de Vagos, e o que acontecerá no futuro, se o município nada fizer em relação a este assunto. -----

----- O senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção com uma breve história do processo em discussão, onde destacou a visão da União Europeia (UE) sobre o sector da água em Portugal, que era uma visão de não entendimento e não aceitação que Portugal, ao fim de vinte anos de quadros comunitários e de fundo comunitários de apoio tenha uma taxa tão baixa na área do abastecimento de água e de saneamento. Esta situação deve-se aos políticos nacionais, aos sucessivos governos e autarcas, porque sempre lhes foi permitido apresentar projectos de expansão da rede de água e em especial da expansão rede de saneamento onde as componentes financeiras eram a soma da rede propriamente dita, a pavimentação, a rede de águas pluviais e passeios. Como tal, os vários instrumentos financeiros disponíveis no país durante vinte anos não chegaram para que as taxas de saneamento e águas chegassem aos 100% em 2006. Face a isto, a UE emanou para todos os seus países uma directiva, a que se vincularam todos os estados membros, e que foi traduzida em Portugal na Lei da Água. Os municípios que integram a região de Aveiro iniciaram um processo particular, no sentido de ser feito um estudo que permita que a região, de uma vez por todas, atinja os objectivos do PEASAR II e ao mesmo tempo rentabilize o negócio. Do ponto de vista da autarquia de Vagos pretende-se obter uma cobertura, no saneamento, de cerca de 90%. No âmbito do estudo realizado, e a haver uma concessão, o município de Vagos, para ter a rede de 90% teria de pagar, à entidade de gestão a quem conceda, cerca de 7 milhões de euros, afirmando que nunca aceitou esse valor dentro da proposta de gestão integrada de redes municipais. Entretanto surgiu, em representação do Governo, a empresa Águas de Portugal (ADP), vinculada ao PEASAR II, para que de uma vez por todas Portugal consiga atingir as taxas que se comprometeu com a UE. O município de Vagos, apercebendo-se das intenções da empresa ADP, movimentou-se e defendeu os seus interesses o melhor que pode, passando da posição de ter de pagar para ter os 90% de saneamento para uma parceria, em que o município não paga nada e mantém os seus sistemas autónomos, ou seja as captações de água. Assim, mantêm-se como fornecedor de alta ao gestor das redes em baixa, o que representa uma receita de 4 milhões de euros. As negociações foram favoráveis para todos os municípios e as duas primeiras propostas da ADP foram recusadas, estando a proposta actual ainda a ser corrigida, não no essencial, mas sim num conjunto de circunstâncias que acautelam os interesses do município de Vagos. Não há, por isso, uma única desvantagem para o município de Vagos nesta parceria, só e apenas vantagens, justificando esta afirmação com o reconhecimento de que é impossível para o concelho de Vagos atingir o tipo de cobertura e rentabilidade sozinho, lembrando que no passado já se realizaram dois concursos internacionais, não tendo aparecido ninguém interessado. Em Vagos, Murtosa, Sever do Vouga e até mesmo Águeda o negócio não é rentável, se forem cumpridas as taxas que previstas na directiva Quadro Água e espelhadas na Lei da Água. Vagos tem então três cenários: o primeiro cenário é o de não fazer nada, o que significa que as contas serão negativas e o município de Vagos terá de aumentar as suas tarifas devido à imposição da legislação; o segundo cenário é o da proposta da Deloitte, no estudo realizado para os municípios da região de Aveiro, onde Vagos, sentindo necessidade e concordando que era necessário investir na



rede de saneamento, teria de aumentar a tarifa média, em 2014, em 3,16€. No terceiro cenário, o da parceria com a ADP, o aumento da tarifa média em 2014 será de 2,91€. Donde se conclui que, em termos sociais e em termos económicos, a parceria é um belíssimo negócio. Outra das vantagens da parceria é que nos próximos anos Vagos será um fornecedor de bens e prestador de serviços, o que significa que poderá negociar com a entidade gestora que o crescimento das taxas, se elas se tornarem socialmente insuportáveis, seja diluído com o aumento do tempo de progressão, atrasando as taxas e as tarifas relativamente aos municípios parceiros. Quanto aos funcionários, afirmou que não há qualquer problema laboral, e que eles mantêm vínculo inabalável nesta parceria, revelando até que como são tão poucos o município irá continuar a precisar deles para os sistemas autónomos de alta. Referiu ainda o que considera ser outra vantagem: o facto de o município ter assegurado, a partir de 2009, a transferência dos investimentos, que estão à espera do visto do Tribunal de Contas, para a entidade gestora das águas de região de Aveiro. O que significa que, após a assinatura do protocolo, as verbas serão imediatamente desbloqueadas para que as obras possam ser executadas no terreno. A terminar, afirmou que não havia nenhuma desvantagem para o município de Vagos em aderir a esta parceria proposta pela ADP e subscrita pela esmagadora maioria dos municípios. -----

----- O senhor deputado José Lazaro, relativamente às tarifas de água e saneamento, referiu que não gostava muito de médias, pois considera que estas dão uma ideia diferente das contas feitas por escalões. E revelou que viu na televisão o preço de 10m<sup>3</sup> de água em vários concelhos, tendo ficado admirado quando constatou que o primeiro lugar no ranking dos preços pertence ao concelho de Albergaria a Velha, com 27€, o que comparado com o preço em Vagos é muito elevado, pois o preço de 10m<sup>3</sup> de água em Vagos é de 2,20€. E não acredita que as Águas de Portugal queiram ter os prejuízos que algumas câmaras tinham, tendo para tal de aumentar as tarifas. Concorda que as tarifas sejam adaptadas à realidade, fazendo com que as pessoas que gastam mais água paguem mais, tendo sempre a ressalva de algumas entidades que gastavam muita água mas sem desperdício. Por fim, mostrou-se convencido que a alteração nas taxas, quer de abastecimento de água, quer de saneamento irão ser muito elevadas. --

----- A senhora deputada Luísa Costa começou por referir que ficou a saber uma série de coisas que inicialmente não foram enviadas ao Grupo Municipal, nomeadamente a orientação comunitária sobre as questões da água e a posição do Tribunal de Contas em relação a estas questões. Afirmou que uma das questões mais pertinentes é sem dúvida o aumento das tarifas da água, que é um bem escasso. É um facto que em Vagos a água é muito barata, pelo que é óbvio que o seu preço terá necessariamente de sofrer uma actualização. Mas não se deve esquecer que os dez municípios têm realidades e rendimentos muito diferentes. Revelou alguma preocupação com o facto de, com a parceria, todos os municípios irem pagar a mesma tarifa de água, considerando que não lhe parece que esteja devidamente acautelada uma questão fundamental, a da “ discriminação positiva”. Ou seja, todos devem ter acesso quer à água quer ao saneamento, mas Vagos está em desvantagem com Ílhavo e Aveiro, pois o rendimento *per capita* nestes dois municípios é bastante superior ao de Vagos. Como tal, manifestou desejo em saber se existe alguma forma de acautelar a posição de fragilidade do município em relação aos rendimentos. Colocou ainda questões acerca da possibilidade de haver uma privatização. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido, lembrando algumas situações discutidas anteriormente em sessões da Assembleia, referiu que iria votar a favor da parceria, por considerar que só assim é que a freguesia da Gafanha da Boa Hora conseguirá garantir o saneamento, e que mesmo com a parceria só o irá ter em 2016. Depois de ler a proposta, ficou com a sensação que pela nova parceria o preço da água será calculado em função da recuperação de

custos, ou seja, será sempre garantido um custo social possível para cada freguesia, pois o valor *per capita* varia de freguesia para freguesia. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado referiu que as economias de escala que se ganham com uma parceria deste género são claramente vantajosas para a parte mais pequena, que neste caso é o município de Vagos. E recordou que o negócio é vantajoso porque o município pode ter saneamento em mais de 90% e porque os reflexos na factura poderão variar de município para município. Assim, a única razão que poderá justificar um voto contra será de carácter político. Até porque o preço da água terá de aumentar, com ou sem parceria. -----

----- O senhor Presidente da Câmara reforçou a ideia que a alternativa à parceria é o documento de enquadramento estratégico que foi aprovado por unanimidade em sessão de Assembleia Municipal, no qual se previa uma progressão de taxas superior à progressão que se espera com a parceria. O município está obrigado, por lei, a subir as taxas, que não serão tão baixas como as actuais. E ainda para mais o município aceitou a imposição de eliminar a taxa do contador e ainda não criou, como fizeram muitos outros municípios, a taxa de disponibilidade. O município irá ser vendedor de um bem e prestador de um serviço, ficando a Câmara como fornecedora exclusiva de água ao sistema. Quanto à privatização, afirmou que nenhum documento fala ou admite a hipótese da privatização da empresa Águas da Região de Aveiro, nem sequer se admitia que o Estado aliene a totalidade do capital social das Águas de Portugal, justificando que isto nunca poderá acontecer pelo factor estratégico e essencial que é a água. Não há por isso razões objectivas para votar contra esta parceria, a não ser questões de oposição política, tal como aconteceu nos municípios de Aveiro, Ovar e Ílhavo. Relativamente à taxa de resíduos sólidos, afirmou que a tendência era a incorporação nesta empresa da cobrança da taxa do lixo. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro, acerca da subida do preço da água, referiu que reconhecia que o preço da água em Vagos era baixo, mas afirmou que a Câmara baixou o preço durante o ano de 2009. Lembrou que em 2001 estava na Assembleia Municipal e o que se decidiu foi a autorização para que a Câmara encetasse negociações para saber se o negócio de concessão das águas era viável. Em relação à questão da discriminação positiva, afirmou que Vagos tem captações de água e que o rendimento *per capita* é diferente de concelho para concelho, pelo que deverá ser procurada uma solução que não cause uma subida tão estrondosa. O assunto foi discutido internamente no Grupo Municipal do CDS-PP e constataram que uma parceria intermunicipal parece vantajosa, apesar de considerarem que a forma que a Câmara tem para garantir que pode sempre opinar, nomeadamente sobre os preços da água, não está devidamente acautelada, sugerindo que será mais proveitosa uma parceria intermunicipal, em que a gestão em baixa seja gerida pelo município e a gestão em alta gerida pelo conjunto dos municípios. Assim, Vagos só terá a ganhar, pois possui captações de água. O Grupo Municipal recebeu um documento lato e diversos documentos em “pdf”, mas não recebeu o estudo que foi apresentado pelo senhor Vice-presidente e que serviu para serem feitos os três cenários já abordados, que prevêm subidas elevadas das tarifas. E permitiu-se duvidar desse cenários, afirmando que há responsáveis políticos que dizem que a água tem de subir. Mas a realidade é que as tarifas vão subir, e muito, com a parceria, não passando os outros cenários disso mesmo. Relativamente à privatização, disse acreditar que em nenhum documento se admite essa solução, embora nada impeça que um governo, no futuro, o faça. Como tal, e apesar de tudo o que foi dito e apesar de todos os estudos, o que tem que se decidir, é se se quer que a Câmara se associe a um conjunto de municípios e ao Estado e venha a ter investimentos, essencialmente a nível de saneamento e uma subida grande do preço da água ou não. -----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o município de Vagos, qualquer que seja o executivo, terá de, num período de dez a vinte anos, decidir solicitar à entidade gestora que baixe as tarifas porque o município irá

vender a água a um preço mais baixo e irá tratar o saneamento a um preço mais barato que a SIMRIA. Se não houver parceria, o cenário a adoptar corresponde ao que foi aprovado por unanimidade, no documento de enquadramento estratégico e a subida será de 3,16€. Quanto à privatização, reconheceu que esta poderá acontecer mais tarde, mas que a haver o capital público será sempre superior ao capital privado, uma vez que os municípios poderão comprar acções para deter o controlo das águas. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro demonstrou algum desagrado com a falta de alguns dos elementos que foram apresentados na Assembleia e que não chegaram ao Grupo Municipal de CDS-PP, revelando que só com todos os elementos é possível que os deputados façam uma análise cuidada e votem em plena consciência. As pessoas tomam posições em função do que têm e analisam, não sendo agradável chegar ao dia da Assembleia e ser confrontado com novos elementos. Como tal, vai tomar as decisões com base no material que lhe foi distribuído, podendo depois em consciência considerar ou não o que lhe foi dito. Inicialmente, a intenção era votar contra, mas decidiu abster-se, pois continua a pensar que o que está em cima da mesa é muito claro: ou se diz sim à parceria, concordando-se que a água suba vertiginosamente, ou se diz não à parceria, e a Câmara continua a ter poder de decisão sobre as tarifas da água, apesar de não existir investimento. -----

----- O senhor deputado José Lazaro afirmou que, após leitura de uma notícia do Diário de Aveiro, verificou que havia alguns vereadores a nível do distrito de Aveiro que tinham o mesmo pensamento que o seu, referindo que apenas nos municípios de Albergaria-a-Velha, Vagos e Murtosa tinha havido unanimidade nas votações. Nos outros concelhos havia sempre vereadores dos vários partidos que votavam contra. Por fim, afirmou que se deve respeitar as opiniões de outras pessoas e que iria votar de acordo com a sua consciência, estando convencido que se houvesse uma união de municípios ou se fosse apenas a Câmara de Vagos seria melhor para os munícipes de Vagos, porque a parceria com a Águas de Portugal irá prejudicar os consumidores. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado afirmou que mesmo que aconteça uma privatização das Águas de Portugal, será óbvio que o Estado se irá segurar de alguma forma, dando como exemplo a privatização da EDP, em que foi criada uma entidade reguladora, podendo o Estado enveredar por aí. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a autorização para a parceria com a ADP – Águas de Portugal, SGPS, SA, para a gestão das redes em baixa de águas e saneamento. -----

----- Realizada a votação, foi aprovada com um voto contra, quatro abstenções e vinte votos a favor, a autorização da parceria com a ADP – Águas de Portugal, SGPS, SA, para a gestão das redes em baixa de águas e saneamento. --

----- **PONTO CINCO – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL – RECTIFICAÇÃO DA CARREIRA DE FISCAL MUNICIPAL PARA A CARREIRA NÃO REVISTA E CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO DE TÉCNICO SUPERIOR – MÉDICO VETERINÁRIO – APROVAÇÃO.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que a rectificação da carreira de fiscal era apenas uma adaptação decorrente da lei, revelando que a denominação dos fiscais estava mal efectuada no mapa de pessoal, sendo esta rectificação uma mera correcção. No caso do posto de técnico superior, afirmou que sempre que a Câmara queira contratar um técnico, terá primeiramente de o definir, informando que o médico veterinário municipal se reformou, e que a lei obriga todas as câmaras municipais a ter um veterinário municipal. A que a câmara está apenas a definir um dos lugares que se encontram previstos no mapa de pessoal para contratação de um médico veterinário e assim dar cumprimento à legislação em vigor. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a alteração ao mapa de pessoal. -----

----- Realizada a votação, foi aprovada por unanimidade a alteração ao mapa de pessoal. -----

**----- PONTO SEIS – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES BAIXO VOUGA II – AGRUPAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE (INTEGRA OS CENTROS DE SAÚDE DE ALBERGARIA-A-VELHA, AVEIRO, ILHAVO E VAGOS. -----**

----- O senhor Presidente da Assembleia questionou os representantes dos Grupos Municipais se tinham algum candidato a apresentar. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado, em nome do Grupo Municipal do PSD, apresentou como candidato o senhor Presidente da Mesa, Jorge Camarneiro. -----

----- O Grupo Municipal do CDS-PP apresentou o nome da senhora deputada Dina Ribeiro como candidata. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu início à votação, por voto secreto, da eleição do representante da Assembleia Municipal na comunidade do ACES BAIXO VOUGA II. -----

----- Realizada a votação, e após contagem dos votos, foi eleito representante da Assembleia Municipal na comunidade do ACES BAIXO VOUGA II, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Jorge Camarneiro, com dezanove votos, tendo a senhora deputada Dina Ribeiro obtido cinco votos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público para intervir. -----

----- Não havendo público para intervir, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da acta. -----

----- De imediato o segundo secretário, Hugo Ribeiro Jorge, procedeu à leitura da minuta da acta da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou a minuta da acta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----